

SISTEMA MONETÁRIO CUBANO: A SAGA DAS MOEDAS

Marcelo Fernandes – UFRRJ
mapefern@gmail.com

Pâmela Martins - UFRRJ
pamela.illisse@gmail.com

RESUMO: O sistema monetário cubano apresenta atualmente duas moedas nacionais, emitidas pelo Banco Central da nação, que circulam legalmente no país. Este trabalho procura analisar esse processo, considerado único. Para isso, foi necessário um resgate da conjuntura que levou o governo a desenvolver esse sistema, apontando suas características e seu funcionamento. A América Latina enfrentou por vezes esse problema, mas o fenômeno cubano é original por ter legalizado a circulação de ambas as moedas, e ter se estendido por um período muito superior aos outros casos latino-americanos.

Palavras-Chave: Cuba, crise, dolarização, peso conversível, dualidade

ABSTRACT

The Cuban monetary system currently has two national currencies, issued by the nation's central bank, which circulate in the country legally. This paper analyzes this process, considered unique. For this, a rescue of the situation was necessary that prompted the government to develop this system, indicating their characteristics and functioning. Latin America faced this problem sometimes, but the Cuban phenomenon is unique for having legalized the circulation of both currencies, and have extended by a very superior period to other Latin American cases.

Key-Word: Cuba, crisis, dollarization, convertible peso, duality

1- INTRODUÇÃO

A história de Cuba é marcada por grandes reviravoltas. De protetorado espanhol passou por um processo de independência com a presença direta e decisiva dos Estados Unidos, entrando posteriormente em sua esfera de influência. Por conta desse processo sua economia não se consolidou autonomamente, ficando dependente de seu principal produto de exportação o açúcar que era enviado quase que exclusivamente para os Estados Unidos.

Sendo assim, quando a Revolução¹ se consolidou no começo dos anos 1960, Cuba perdeu seu maior mercado consumidor, mas que em pouco tempo é substituído pela parceria com a União Soviética (URSS) e os países do leste europeu. Com isso, o país passou a sofrer o embargo econômico dos Estados Unidos, que só não é mais impactante por conta da ligação com a URSS e com o bloco socialista que supria grande parte das necessidades do país através do comércio externo em condições bastante favoráveis.

No entanto, o fim da URSS em 1991 fez com que Cuba perdesse abruptamente seus principais parceiros comerciais. Nesse sentido, o cenário para o país era muito incerto, uma vez que o bloco socialista significava cerca de 80% de seu comércio exterior. Esse é o marco inicial do processo de dolarização da economia cubana. Tal experiência fez com que Cuba passasse por problemas econômicos que o governo teve que responder em condições extremamente difíceis, a fim de adaptar o país ao novo contexto internacional.

Todavia, o fenômeno da dolarização não foi um acontecimento raro. Na realidade, durante os anos 1980 vários países latino-americanos que sofreram com a hiperinflação nesse período foram forçados a passar pela traumática experiência de ter sua economia dolarizada ou parcialmente dolarizada.²

¹ A Revolução liderada por Fidel Castro foi vitoriosa em janeiro de 1959 e a partir de 1961 foi anunciado o caráter socialista do novo regime.

² O termo “dolarização” foi extensamente utilizado na literatura durante toda a década de 1990, por conta do processo inflacionário que vários países passaram principalmente durante os anos 1980. Nesse momento vários autores buscavam compreender o que acontecia nessas economias para propor soluções. Cf., por exemplo, Batista Junior (1993), Alesina e Barro (2001), Hidalgo (2002) entre outros.

A dolarização é um fenômeno que acontece quando a moeda do país é substituída pelas famílias e empresas que passaram a transacionar em dólar. A dolarização parcial refere-se a uma situação em que a moeda estrangeira, atende pelo menos uma de suas funções em uma economia em que a moeda nacional também circula, embora parte considerável dos ativos públicos e/ou privados é expressa em moeda estrangeira. Neste caso, dizemos que a economia está dolarizada parcialmente porque ainda existe um Banco Central que emite moeda corrente nacional. Na dolarização total a moeda nacional simplesmente desaparece, e uma moeda estrangeira passa a cumprir todas as funções. Não se trata de um processo espontâneo, mas sim uma decisão do governo. Aqui o Banco Central perde completamente a autonomia da política monetária.

Na realidade, a maioria das experiências é de dolarização parcial, em particular na América Latina. O caso cubano do começo dos anos 1990 também é de dolarização parcial, pois o governo continuava emitindo a moeda nacional, o peso. Assim sendo, como em todos os casos de dolarização, a origem do caso cubano se encontra em uma grave crise econômica, e nos profundos desequilíbrios monetários derivados dessa crise (Hidalgo e Reyes, 2003).

Além dessa introdução o trabalho está dividido em mais três seções. Na próxima seção discutiremos o chamado “período especial”, quando no começo da década de 1990 as autoridades cubanas envidaram esforços para sair da armadilha ocasionada pela debacle do bloco socialista. Desse modo, abordaremos os acontecimentos que levaram a economia de Cuba a se tornar um objeto peculiar no qual prevaleceu uma dolarização parcial de seu sistema monetário. Na terceira seção analisaremos o processo de dolarização em Cuba, e a resposta *sui generis* que o governo encontrou para enfrentar o problema que, como veremos, consistiu na legalização do dólar – que até então era proibido – e na criação de mais uma moeda oficial, além do peso, o denominado peso conversível (CUC). Portanto, num primeiro momento, Cuba passou a conviver com três moedas legais, caracterizando a originalidade do sistema. A experiência cubana é ainda mais curiosa por se tratar de uma engenharia monetária inédita, realizada em um país

com um sistema financeiro pouquíssimo desenvolvido quando comparado aos grandes centros. E, por fim, na última seção, as considerações finais.

2 - ECONOMIA CUBANA: PERÍODO ESPECIAL

Por quase três décadas, Cuba manteve uma relação de estreita dependência com a URSS, mantida por conta do abastecimento de insumos estratégicos, como o petróleo usado na produção de energia em suas termoelétricas, e através da absorção da produção de açúcar cubano pelo mercado soviético, incluindo a inserção do país no Conselho de Ajuda Mútua (CAME) em 1972³.

Com o fim da Guerra Fria e da URSS em 1991⁴, Cuba presenciou um cenário internacional amplamente desfavorável, em que os seus principais parceiros comerciais que formavam o CAME já não estavam dispostos a manter o regime de acordos preferenciais bastante vantajosos a Cuba. Isso representou para o país a perda de forma súbita de seus mercados consumidores e ao mesmo tempo fornecedores, levando o país a uma profunda crise econômica⁵ (Álvarez, 2000). Conforme descreve García (2011, p.29):

“As razões fundamentais da crise encontravam-se no fim dos países socialistas europeus, que ocorreu rapidamente desde 1989 e terminou com o desaparecimento da própria União Soviética em dezembro de 1991, considerando que os países socialistas forneciam 85% das importações cubanas, 80% dos investimentos e recebiam ao redor de 80% das exportações do país.”

Somem-se a isso, na mesma época, as condições do mercado mundial para Cuba pioraram substancialmente com o aumento no preço do petróleo e a queda nos preços do

³ O CAME reunia o bloco dos países comunistas liderados pela URSS. O ingresso no Conselho possibilitou para a economia cubana uma nova fronteira econômica. O CAME promovia ações coordenadas de política econômica entre os países membros, que se traduziam em planos quinquenais (Cf. CEPAL, 2000).

⁴ Vale lembrar que desde o início da *perestroika* e da *glasnost* na segunda metade dos anos 1980, a relação entre os dois países tinham se deteriorado, refletindo na redução do comércio bilateral já nesse período (Rodríguez, 2013, p.31; Pérez, Jr, 2006, p.291).

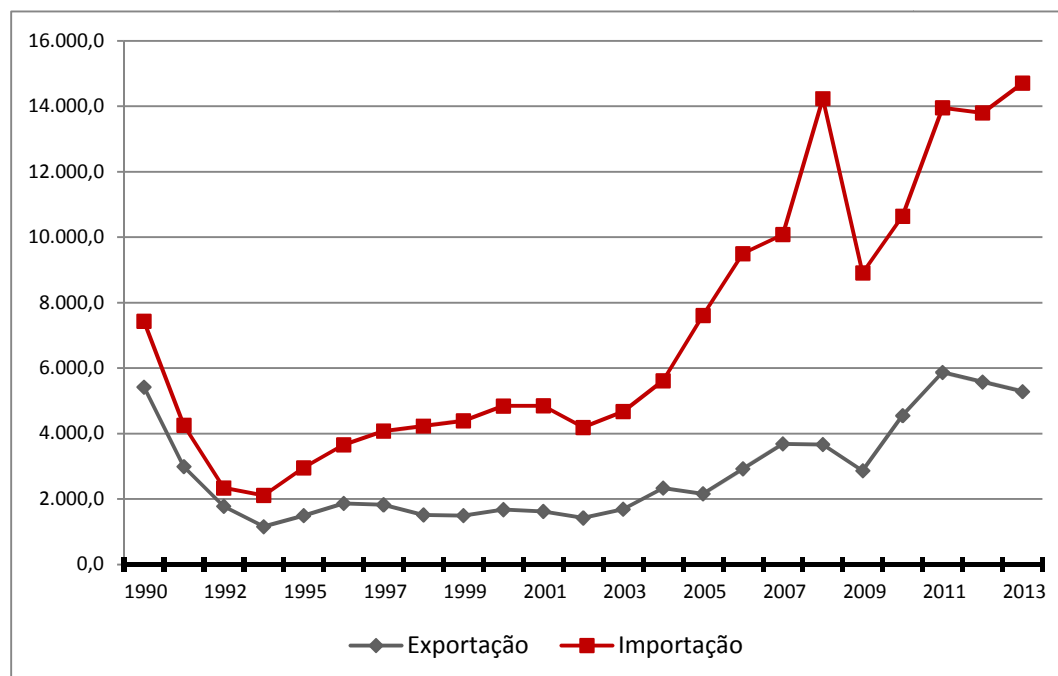
⁵ Chang (2013) lembra que Cuba enfrentou um problema similar em 1960, quando os Estados Unidos cortaram suas relações e o país teve que se reinserir na economia mundial.

açúcar (Perez, Jr, 2006, p.293). Consequentemente, houve falta de produtos para o consumo final, o que prejudicou diretamente a qualidade de vida, além da escassez de matérias prima que freou a produção industrial e consequentemente as exportações. O consumo de combustíveis, por exemplo, caiu pela metade, produzindo assim um círculo vicioso (BCC, 2001).

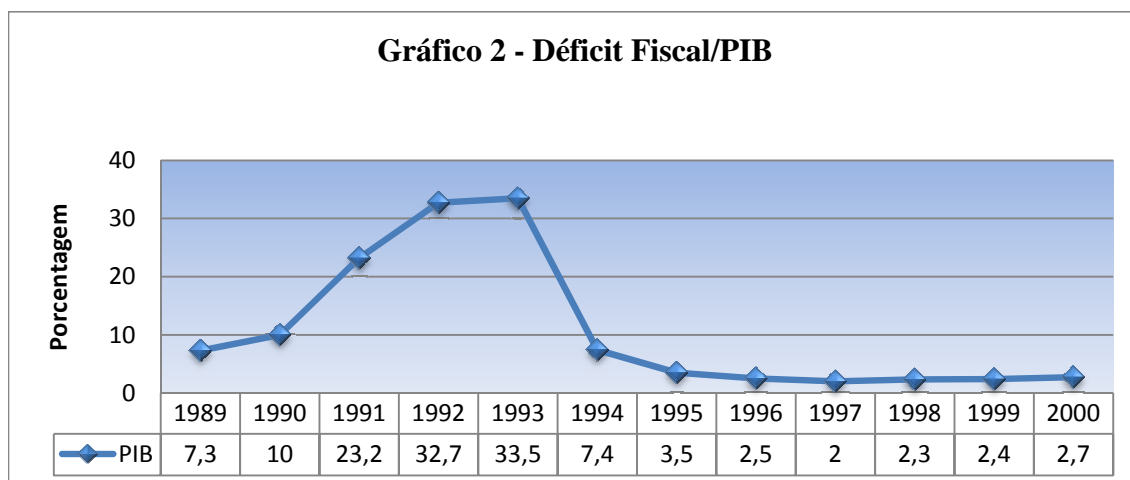
Além do comércio, os impactos negativos ficam evidentes quando se verifica alguns indicadores macroeconômicos do país. De 1989 a 1993 o PIB do país diminuiu cerca de um terço de seu tamanho, as importações diminuíram 78,0% e em 1993 o déficit fiscal alcançou 33,5% do PIB. Só em 1991, o PIB recuou 10,7% (BCC, 2001, p.7).

Como se observa no gráfico abaixo, somente em 2011 o país conseguiu ultrapassar o nível de exportações de 1990, anterior ao fim da URSS.

Gráfico 1 - Comércio Externo (em milhões US\$)

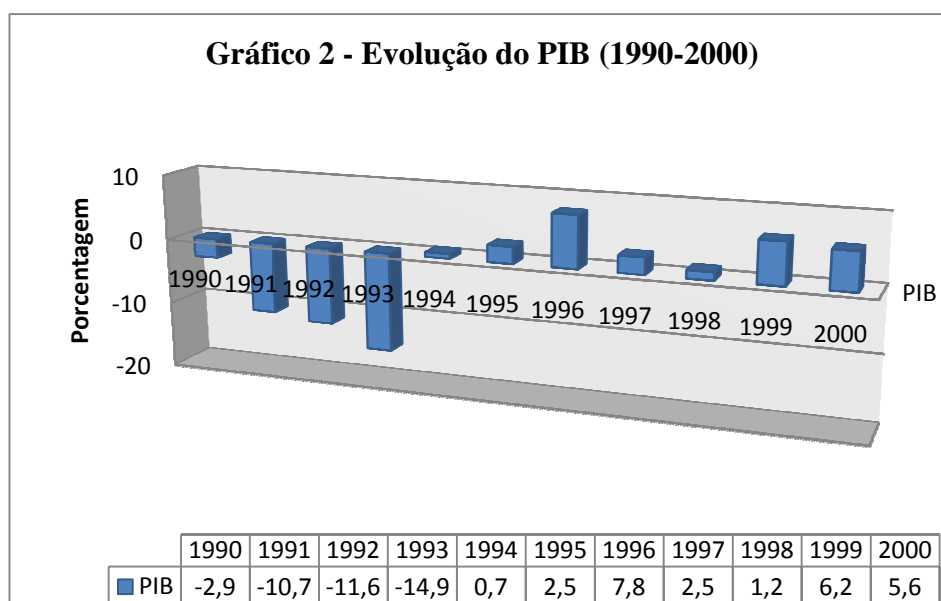


Fonte: ONEI-Cuba – Elaboração própria



Fonte: Banco Central de Cuba. Elaboração própria.

Na realidade, com o fim do bloco socialista a perda dos parceiros não se restringiu unicamente ao comércio. De acordo com Hidalgo (2013), ocorreu “(...) uma mudança radical nas relações econômicas com o exterior e a interrupção de uma



Fonte: Banco Central de Cuba. Elaboração própria.

estratégia de desenvolvimento de longo prazo baseada nas relações preferenciais dentro do CAME”. A queda da URSS e o fim do CAME colocaram em risco o desenvolvimento da ilha e as conquistas sociais alcançadas desde a vitória da revolução em 1959, levando Cuba em direção a uma crise gravíssima⁶.

Por conta da crise, em 29 de agosto de 1990, o governo anunciou um conjunto de resoluções no qual a partir de então o país passaria a viver sob o chamado “período especial” (CEPAL, 2000; Brito, 2013; Rodríguez, 2013). Na prática, um plano de contingência concebido originalmente como uma resposta às condições de guerra⁷ (Pérez, Jr, 2006, p.293).

Conforme Vallejo (2013, pp.72-73) e Chang (2013, p.92), podemos dividir o “período especial” em duas fases distintas. Na primeira fase, entre 1990 e 1993, o objetivo era a sobrevivência econômica da ilha. O foco principal foi fazer com que o inevitável impacto negativo no bem-estar social fosse limitado e distribuído da forma mais equitativa possível. Em simultâneo, as autoridades cubanas buscaram criar as condições para a reinserção do país na economia mundial. A segunda fase, iniciada em 1993, caracterizou-se pela tentativa de estabilização macroeconômica, permanecendo os esforços para a reinserção cubana na economia mundial.

Assim sendo, indo contra as políticas neoliberais que varreram a América Latina na década de 1990, Cuba afrouxou a centralização econômica e introduziu algumas reformas de mercado nas áreas do turismo, investimento externo e o comércio (Spadoni, 2004). Contudo, decidiu manter seu sistema de proteção social. A preservação do sistema socialista era fundamental para o novo plano. Na realidade, mais do que a

⁶ De acordo com Fidel Castro: “O país sofreu um golpe devastador quando, de um dia para o outro, aquela potência desmoronou e nos deixou sozinhos, e perdemos todos os mercados do açúcar e deixamos de receber mantimentos, combustível e até madeira para fazer caixões para os nossos mortos. Ficamos sem combustível de um dia para o outro, sem matérias-primas, sem alimentos, sem higiene, sem nada” (Ramonet, 2006, p.332).

⁷ A expressão utilizada foi “*Periodo Especial en Tiempos de Paz*” (Brito, 2013).

manutenção do sistema, as reformas tinham um caráter circunstancial: não pretendiam modificações estruturais dentro da organização socialista do país ⁸ (Brito, 2013).

O debate sobre as características da política econômica a ser executada girava em torno das pressões inflacionárias, e do saneamento das finanças internas, já que o déficit público alcançou magnitude considerável (cf. gráfico 2). A superação do desequilíbrio externo decorrente da perda dos seus parceiros comerciais também era um ponto essencial na discussão (CEPAL, 2000, p.49; Vallejo, 2013, p.73).

Por sua vez, o fim da ajuda soviética tornou o país mais vulnerável à pressão dos Estados Unidos. As autoridades norte-americanas viram na ocasião uma oportunidade única para asfixiar a economia cubana, um intento buscado há trinta anos. Com isso, ao mesmo tempo em que precisou estabelecer novas relações com os países capitalistas, Cuba teve que enfrentar o endurecimento das leis americanas contra a ilha a fim de acelerar a queda do regime socialista, considerado uma questão de tempo para alguns analistas (García, 2011, p.29). Assim, foram aprovadas duas leis que acirravam o bloqueio dos Estados Unidos contra a Cuba. A primeira em 1992, chamada Lei para Democracia em Cuba, conhecida como lei Torricelli, e a segunda em 1996, chamada Lei para Liberdade e Solidariedade Democrática Cubana, conhecida como Helms-Burton⁹ (Diéguez e Guzmán, 2014)

A Lei de Torricelli estabeleceu sanções que visavam asfixiar o comércio cubano. Entre as principais medidas da lei estavam a proibição do comércio entre Cuba e empresas subsidiárias norte-americanas sediadas em outros países, e a proibição de navios comerciais de atracar em portos cubanos. Nesse caso, os navios que desobedecessem ficariam proibidos de atracar em portos norte-americanos pelos próximos 180 dias (BCC, 2001, p.6).

A Lei Helms-Burton endurecia ainda mais as medidas contra a economia cubana. A lei pretendia bloquear os investimentos externos diretos que serviam como

⁸ De fato, mais tarde quando houve uma melhora na economia decorrente em grande parte da parceria com a Venezuela, o governo novamente aumentou a centralização econômica (Brito, 2013, p.275).

⁹ No entanto, Spadoni (2004, p.82) argumenta que “(...) the United States has not only been unable to foster fundamental political reforms in Cuba, but also has actually contributed to the recovery of the island’s economy from the deep recession of the early 1990s”.

fonte de financiamento para o desenvolvimento, impedindo a entrada de divisas no país. Por esse motivo, naquele momento, Cuba era o único país no mundo que não possuía financiamentos de nenhum banco regional ou instituição financeira internacional. Segundo o Banco Central de Cuba (BCC) os mecanismos dessas leis aumentavam consideravelmente o risco país, o que, por sua vez, encarecia de forma exorbitante os custos para obter qualquer tipo de financiamento externo para suas operações comerciais (BCC, 2001, p.6).

Pela segunda vez em um curto período de tempo Cuba se vê obrigada a passar por um processo de reconfiguração econômica de modo a adaptar sua indústria e seu mercado consumidor. Para isso, foi executado um conjunto de medidas a fim de reestruturar o país. Conforme o BCC (2001), quanto ao setor externo as medidas foram: i) descentralização da atividade de comércio exterior, dando autorização a cerca de 350 empresas para importar e exportar. Antes do período especial esse número era de apenas 50; ii) autorização de funcionamento a 700 escritórios estrangeiros de representação comercial, sendo que o quadro de funcionários obrigatoriamente deveria conter cubanos, e todos os trabalhadores estrangeiros deveriam ser residentes; iii) abertura gradual aos investimentos estrangeiros, permitindo a criação de associações de capital mista, o que atraiu grande quantidade de divisas; iv) Ainda que não tenha liberalizado a conta de capitais do balanço de pagamentos, autorizou-se o envio de remessas ao exterior sem restrição; v) organização de três zonas francas e parques industriais onde existiam até os anos 2000, 240 empresas em funcionamento; vi) aumento considerável das atividades turísticas.

Em relação à política econômica também foram realizadas reformas, as mais importantes segundo o Banco Central são: i) reorganização da propriedade da terra. A propriedade da maior parte das áreas cultiváveis foi transferida às cooperativas e aos pequenos produtores; ii) ampliação das possibilidades de pequenos negócios autônomos; iii) criação de mercados agropecuários e de indústria artesanal, com comércio direto a população a preços livres; iv) reorganização dos organismos governamentais, com a redução do número de ministérios de 50 para 31; v)

redimensionamento das empresas públicas, com concessão de maior autonomia em sua gestão, em vias de obter autofinanciamento; vi) substituição do planejamento material (balanço de produtos) pelo planejamento financeiro; vii) programa de saneamento das finanças internas, que incluiu nova lei tributária; viii) despenalização da posse de divisas e facilidade na conversibilidade interna; ix) reorganização e modernização do Sistema Bancário e Financeiro Nacional (BCC, 2001, p.8).

Essas reformas, apesar de representarem uma abertura ao setor privado, não significou uma adesão às reformas pró-mercado que nesse momento estavam em voga na América Latina. O movimento de reformas em Cuba incorporou decisões deliberadas de distribuição equitativa dos encargos decorrentes da mudança de estratégia (CEPAL, 2000, p.44). Isso tudo com o objetivo de manter os direitos sociais e o caráter socialista do regime cubano.

De tal modo, após quatro anos de profunda recessão, no fim de 1994 as reformas apresentaram algum resultado, conforme podemos observar anteriormente (gráfico 2). A economia voltou a crescer e o déficit fiscal em 1995 já estava em 3,5%, ajudando a reduzir a liquidez excessiva da economia (Gráfico 3). Tanto as exportações quanto as importações se recuperaram. A taxa de câmbio no mercado paralelo que alcançou aproximadamente 150 pesos por dólar se estabilizou em torno de 20 pesos por dólar a partir de 1996 (CEPAL, 2000, p. 45; BCC, 2001, p.11).

Como veremos na próxima seção, a recuperação da economia é também decorrência da resposta singular e bem sucedida que as autoridades cubanas deram ao processo de dolarização.

3 - DOLARIZAÇÃO PARCIAL DA ECONOMIA CUBANA DURANTE O PERÍODO ESPECIAL

A dolarização da economia cubana tem origem no choque externo analisado na seção anterior. A decisão do governo em manter o pleno emprego, num momento de forte recessão, provocou um aumento da emissão monetária que não tinha contrapartida com a produção de bens e serviços. Por conseguinte, empresas e famílias passaram a acumular uma quantidade cada vez maior de pesos que perdia rapidamente poder de

compra. Isso promoveu um processo gradual de substituição do peso não somente em sua função de reserva de valor, mas também como meio de troca (Hidalgo e Reyes, 2003, p.55).

A substituição da moeda nacional foi alimentada pela ação dos especuladores e a criação de um mercado negro de produtos e divisas. O uso do dólar, mesmo sendo ilegal, passou a se disseminar entre a população e o peso entrou num processo de desvalorização contínua (BCC, 2001; Hidalgo, 2013). Todavia, o caso cubano é singular, dado que a dolarização não foi precedida por um aumento descontrolado no índice dos preços, como ocorreu em outras experiências. Isso foi possível porque havia um monitoramento dos preços relativamente eficiente por parte das autoridades cubanas. Na realidade, existia uma inflação reprimida, mas só posteriormente quando o mercado negro ganhou vulto é que os preços e o câmbio paralelo começaram a refletir os desequilíbrios monetários (Hidalgo e Reyes, 2003, p.54).

Diante desse quadro, em agosto de 1993 o governo decidiu descriminalizar a posse e o uso do dólar para transações¹⁰. Ou seja, no momento da descriminalização a economia já se encontrava parcialmente dolarizada. Desse modo, além da legalização da circulação dos dólares, foi criado um mercado estatal interno de divisas e um circuito empresarial vinculado ao turismo e ao investimento externo no qual todas as transações eram realizadas em dólar (Hidalgo e Reys, 2003, p.55).

Ainda em agosto de 1993 o Estado criou um mercado interno para arrecadar divisas com fins redistributivos, por meio da abertura das *Tiendas de Recuperación de Divisas* (TRD) (Molina, 2005, p.16). A legalização da circulação do dólar serviu de política pública, que amenizava as desigualdades geradas entre aqueles com e sem acesso a moeda estrangeira. Ademais, ajudou a reduzir as pressões inflacionárias ao elevar a capacidade de importação do país (CEPAL, 2000, p.55). Assim, de acordo com Hidalgo e Reys (2003, p.55), as autoridades cubanas instituíram, na prática, uma

¹⁰ “La bomba explotó a fines de junio, cuando Castro señaló a la Asamblea Nacional que el proceso de dolarización era una realidad debido a la situación económica y a la insuficiencia de policías para hacer cumplir la ley, y que en consecuencia, había llegado el momento de cambiar” (Mesa-Lago, 1994, p.378).

reforma monetária parcial equivalente a uma substituição da moeda nacional em um setor da economia.

Também com o intuito de responder a situação de dolarização parcial, em fins de 1994 o governo realizou novas reformas que incluíam a criação do peso cubano conversível, o CUC, desempenhando todas as funções da moeda. A nova moeda tinha a finalidade de estabilizar a taxa de câmbio e servir como uma alternativa ao dólar (Torre e Ize, 2014, p.166). O dólar e outras moedas fortes podiam circular, mas a ideia era retirar essas moedas de circulação e redirecioná-las para fins sociais. Gradualmente o CUC tornou-se a principal moeda conversível em circulação no mercado cubano (García, 2013, p.42). Desse modo, a introdução paulatina do CUC fortaleceu a política monetária, pois as autoridades econômicas passaram a ter um controle mais efetivo sobre a circulação de dinheiro, iniciando o processo de desdolarização da economia (Molina, 2005).

A partir desse momento a economia cubana passou a conviver com a circulação simultânea de três moedas legais, uma situação extraordinária somente verificada em Cuba: i) o peso cubano usado pela população local e de pagamento do governo cubano; ii) o peso conversível, moeda usada por turistas, comerciantes e demais pessoas com acesso a divisa estrangeiras; iii) e o dólar que também circulava normalmente na economia.

Hidalgo e Reyes (2003, p.55) identificam quatro motivos que justificam a decisão do Estado cubano de legalizar a circulação do dólar: i) o reconhecimento de que a dolarização parcial já existia de fato, e era um quadro de difícil reversão; ii) A substituição do peso pelo dólar era benéfico para os investidores externos em razão da baixa confiabilidade no peso, eliminando o risco cambial. Nesse sentido, a medida incentivava o ingresso de divisas, o que se configurava como uma necessidade do país naquele momento em que não existia financiamento externo para Cuba; iii) diante do tamanho dos desequilíbrios e a fim de evitar ajustes socialmente traumáticos foi necessário um ajustamento gradual combinado com políticas compensatórias. A reforma monetária oferecia essa possibilidade; iv) os dólares que circulavam na economia criavam parâmetros de preços e custos, o que era uma necessidade do setor empresarial

na época. Antes os mercados praticamente não funcionavam, já que o sistema de preços em moeda doméstica não cumpria seu papel de transmitir informação para alocação de recursos.

De acordo com Hidalgo e Reyes (2003, p.57), num primeiro momento se distinguiram dois grandes setores na economia. Um setor emergente que começou a transacionar diretamente em dólares e descentralizou seus mecanismos de controle e gestão empresarial. Isso permitiu maior agilidade e flexibilidade na tomada de decisões, criando condições mais favoráveis à inserção no mercado. Por outro lado, um setor tradicional, no qual as empresas são responsáveis pela produção de bens e serviços com fins sociais (gratuito ou subsidiado) e/ou que não reunia a competitividade requerida para se inserir no mercado de divisas, e que continuou transacionando com o peso. O governo incentivou essas empresas a aumentar seu nível de produtividade, permitindo que elas concorressem no mercado de divisas para realizar transações entre empresas, e na venda de bens e serviços para população (Rodríguez, 2013, p.45; Hidalgo e Reys, 2003, p.57).

De tal modo, conforme foi se consolidando o modelo, um terceiro setor de empresas, originado do setor tradicional foi ganhando proeminência. Tais empresas operam simultaneamente com dólares e pesos cubanos, dependendo do destino de sua produção e da fonte dos seus insumos (Hidalgo e Reys, 2003, p.57).

A decisão de legalizar o uso do dólar teve, como era de se esperar, pontos positivos e negativos para realidade cubana. Entre os pontos positivos estavam um impulso nos investimentos estrangeiros, o que permitiu aos setores mais dinâmicos da economia ensaiar uma recuperação da produção por meio de um manejo mais eficiente das divisas disponíveis. Por sua vez, parte das divisas que entravam no país era agora recolhida pelo governo cubano (Molina, 2005, p.17). Nesse ponto a criação do mercado interno formal de divisas através da rede de Casa de Câmbio (CADECA), foi fundamental, se transformando em referência para a gestão da política monetária do BCC. O CADECA indica a taxa de câmbio, além de movimentar pesos ou cheques bancários de câmbios, transações com cartões de crédito e serviços relacionados em moedas estrangeiras (Molina, 2005, p.18; Hidalgo, 2013).

O CADECA fazia parte dos planos do governo de implantar um programa de saneamento financeiro, que incluía o aumento de alguns preços e eliminação de gratuidades. Foi fundamental ainda para o reconhecimento das condições de oferta e demanda por dólares. Em pouco tempo a taxa de câmbio se estabilizou entre 20 e 25 pesos cubanos/dólar, se tornando referência fundamental para a gestão da política monetária do BCC ¹¹(Armenteros, 2000; Hidalgo, 2013). Além disso, permitiu-se a abertura de contas de poupança em dólares com taxas de juros atraentes, o que levou a um crescente fluxo de recursos financeiros para atividade produtiva (Molina, 2005, p.19).

Portanto, a introdução paulatina do peso conversível e a saída de dólares no mercado cubano também melhorou a administração da política monetária, uma vez que permitiu ao governo um maior controle sobre os meios de pagamentos (Alejandro, 2004; Molina, 2005, p.19).

Os efeitos negativos são associados principalmente às distorções sociais de acesso a bens de consumo geradas na população, entre aqueles com acesso e sem acesso a moeda estrangeira. O privilégio daqueles que obtinham dólares – como, por exemplo, os trabalhadores do setor de turismo – provocou um retrocesso na igualdade social, deteriorando o nível de vida dos chamados “grupos de risco” na sociedade, isto é, aqueles que não tinham acesso às remessas estrangeiras ou que de alguma maneira foram afetados pelas reformas¹². Esses foram os custos que o Estado procurou assumir em um momento muito grave para a economia. No entanto, o país precisava se reposicionar no cenário internacional pós Guerra-Fria, como o relatório do BCC (2001, p.10) esclarece:

“La economía cubana, por tanto, há recorrido durante esta última década um intenso camino de transformaciones em aras de lograr un incremento sustancial de la eficiencia, la apertura e la insercion em la economia internacional, la creacion de espacios para nuevos actores económicos, la

¹¹ Atualmente o peso cubano e o peso conversível possuem uma taxa de câmbio fixa em relação ao dólar: 1US\$ por 24 CUP e 1US\$ por 1 CUC.

¹² Segundo Herrera e Nakatani (2003, p.277-278): Após ser permitida a posse e a livre utilização de divisas, “(...) o mercado interno segmentou-se em vários mercados e acelerou um processo significativo de diferenciação social.”

corrección del desequilíbrio interno y externo y el perfeccionamiento empresarial.

Todo lo anterior, matizado em el orden cualitativo por la conjugación de firmeza y flexibilidad en cuanto a la incorporación de estas transformaciones, como corresponde a un país que em momento alguno destruyó lo que había alcanzado em algo mas de três décadas, y que se impuso al gran desafío de defender sus conquistas em los terrenos social y político.”

A recuperação da economia cubana a partir de 1995 conseguiu restaurar, em parte, a credibilidade de Cuba no mercado internacional. Já em 1999 e 2000 o país começou a ter novamente algumas facilidades de crédito externo de médio e longo prazo.

Todavía, depois do ataque terrorista em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, houve uma queda acentuada na entrada de divisas, em particular no setor de turismo, o que criou fortes tensões financeiras. Por sua vez, a partir de 2003 se verificou que muitas empresas, cujos produtos eram transacionados em moeda forte, não estavam agindo com a disciplina financeira exigida para aliviar o país da falta de divisas vinculadas a produção doméstica e aos programas sociais.¹³ Além de tudo, os Estados Unidos apertaram o bloqueio econômico ainda mais¹⁴ (García, 2013, p.47; García, 2011).

A resposta das autoridades cubanas a esses desafios foi expressa com uma série de novas regulamentações anunciadas em julho de 2003, provocando uma transformação significativa no sistema monetário de Cuba. As medidas abarcavam a redução drástica das empresas que podiam operar com moeda conversível. A circulação do dólar foi novamente proibida e as operações bancárias das empresas que fazem negócios no exterior foram convertidas de dólares para CUCs.

¹³ Todavía, é importante lembrar que o contexto político na América Latina estava mudando com a eleição de candidatos progressistas à presidência da República no momento em que essas reformas estavam sendo aplicadas. Em especial, a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, em 1999, criou uma importante parceria entre os dois países, bastante favorável economicamente a Cuba. Dessa parceria saíram acordos significativos na área energética que propiciaram a possibilidade de importar combustíveis e pagar com serviços médicos e de ensino (García, 2011).

¹⁴ O então presidente norte-americano, Bush Jr, na sua estratégia de guerra Global ao Terror levada a cabo depois do 11/09, denunciou a existência de um eixo do mal latino-americano referindo-se a Cuba e a Venezuela (Pecequillo, 2011).

Em seguida o Banco Central assumiu o controle das negociações com moeda estrangeira. Em vez das operações cambiais serem automáticas, agora as empresas que precisavam comprar insumos no mercado externo tinham que apresentar requerimentos ao BCC que analisava e priorizava de acordo com as necessidades gerais da economia cubana. Com isso, segundo García (2013, p.47), o BCC pôde reduzir a tensão que pairava no mercado cambial.

Em novembro de 2004, a Resolução nº80 ampliou ainda mais a utilização dos CUCs. A Resolução estabeleceu o pagamento em pesos conversíveis de serviços à população e turistas estrangeiros, anteriormente realizadas em dólar. Logo, os CUCs tornara-se a única moeda permitida na rede de lojas autorizadas a utilizar moeda convertível. Desse modo, para fazer transações as empresas têm de converter moeda forte em CUCs. Some-se a isso, a Resolução nº 92, de 29 de dezembro de 2004, fez com que as transações em moedas estrangeiras ficassem quase totalmente centralizadas em uma única conta no Banco Central denominada de "*Cuenta única de ingresos en divisas del Estado*"¹⁵ (García, 2013, p.47; Chang, 2013, p.101; Molina, 2005, p.53). Com isso, o governo desestimulava a entrada de dólares no sistema financeiro cubano, facilitando a administração da política monetária já que o peso conversível é emitido pelo Banco Central¹⁶ (Alejandro, 2004, p.4).

Segundo Alejandro (2004), as medidas ajudaram a desenvolver o sistema financeiro cubano. Houve um aumento da demanda por serviços financeiros pela população, como a abertura de contas em pesos conversíveis e em dólares, assim como a utilização dos bancos para o recebimento de dinheiro do exterior. A população também ficou mais atenta às questões financeiras, como juros e taxa de câmbio. Por outro lado, os bancos saíram mais fortalecidos. Há mais depósitos e os ganhos com serviços financeiros aumentaram. Do mesmo modo, cresceu o estoque de reservas

¹⁵ A maior capacidade de investimento do governo também foi importante, pois em meados de 2004 surgiu uma escassez de energia, quando as principais usinas de geração de eletricidade quebraram devido ao tempo de uso e a manutenção adiada. Para solucionar o problema foram necessários enormes investimentos em moeda forte para reconstruir a rede elétrica.

¹⁶ Uma dificuldade importante numa economia dolarizada é que a moeda forte em poder do público não é contabilizada na oferta monetária, embora o governo possa ter uma ideia aproximada da sua quantidade (Alejandro, 2004).

internacionais em poder do Banco Central. Com isso, a sua função de emprestador de última instância ampliou-se, o que confere uma maior segurança ao sistema bancário.

A formação de um sistema com duas moedas também gerou dois mercados paralelos, que, num primeiro momento, se revelou funcional ao atendimento da população cubana: um subsidiado, nos quais somente cubanos podem fazer compras, e outro destinado aos turistas que atualmente fazem parte da realidade diária do país. Isso com o intuito de evitar distorções tanto para os cubanos, que tem acesso a preços muito menores por conta do subsídio, e pelo mesmo motivo evitar que os turistas comprem a preços subsidiados. As *tiendas* de turistas também tem a função arrecadar divisas, um papel importante para o país que durante muito tempo deverá ter o turismo como principal fonte de renda.

Neste momento, o desafio para as autoridades cubanas é como eliminar o sistema de dualidade monetária. Existe um consenso que essa singularidade da economia cubana não pode permanecer por muito mais tempo, já tendo cumprido sua função histórica. A questão é como realizar a unificação monetária sem recriar os problemas enfrentados pelo país nos anos 1990, especialmente aqueles relacionados aos movimentos especulativos contra o peso.

Assim sendo, em outubro de 2013 as autoridades cubanas anunciaram que a dualidade monetária seria extinta, porém sem definir uma data específica. O presidente cubano, Raúl Castro, declarou que o processo não utilizará “terapias de choque” que cause efeitos negativos sobre a população (Cuba Debate, 2013).¹⁷

A nota do governo afirma que (Cuba Debate, 2013):

“El Lineamiento nº 55 de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución, aprobado por el VI Congreso del PCC plantea: ‘Se avanzará hacia la unificación monetaria, teniendo en cuenta la productividad del trabajo y la efectividad de los mecanismos distributivos y redistributivos. Por su complejidad, este proceso exigirá una rigurosa preparación y ejecución, tanto en el plano objetivo como subjetivo’.

¹⁷ Maybarduk (2014) acredita que até o fim de 2016 o peso estará unificado.

Numa primeira etapa a mudança deverá ocorrer no âmbito das pessoas jurídicas, iniciando um período de preparação das condições que permitam o estabelecimento de normas jurídicas, projetos de mudanças em sistemas de informação, gestores de registos contabilísticos e da adaptação às normas de contabilidade. As autoridades cubanas insistem que o fim da dualidade não afetará o estado dos depósitos bancários, pois a unificação ocorrerá automaticamente (Ferrer, 2014). Mas se trata de uma transição claramente complexa, na qual será indispensável o treinamento de pessoas para assegurar a execução da unificação. Nesse sentido, o Ministério das Finanças e Preços de Cuba iniciou uma série de seminários por todo país a fim de facilitar a concretização das resoluções.

Ainda conforme a nota do governo, a unificação monetária evidentemente não resolverá todos os problemas econômicos, mas é imprescindível para que a moeda nacional possa cumprir suas funções. Assim,

“Como se ha informado, la unificación monetaria y cambiaria no es una medida que resuelve por sí sola todos los problemas actuales de la economía, pero su aplicación es imprescindible a fin de garantizar el restablecimiento del valor del peso cubano y de sus funciones como dinero, es decir de unidad de cuenta, medio de pago y de atesoramiento. Lo anterior, unido a la aplicación de las restantes políticas encaminadas a la actualización del modelo, propiciará el ordenamiento del entorno económico y en consecuencia la medición correcta de sus resultados” (Cuba Debate, 2013).

Em junho de 2014, algumas lojas que ofereciam mercadorias em CUCs passaram também a aceitar pesos, sinalizando um processo em que progressivamente todas as lojas adotarão o projeto de unificação¹⁸. A fim de facilitar os consumidores nas suas compras as lojas exibem uma tabela de conversão dos preços de cada mercadoria, segundo a taxa da CADECA (Pérez e Reinaldo, 2015).

Mais um passo foi dado em fevereiro de 2015 quando começou a circulação de notas em pesos cubanos de maior valor (200, 500 e 1000 CUP) (Meneses e Hernández, 2015). Antes, os consumidores precisavam carregar uma quantidade enorme de notas

¹⁸ Antes os consumidores precisam trocar seus pesos cubanos na CADECA, tendo normalmente que enfrentar filas (Cf. Pérez e Reinaldo, 2015).

para adquirir os produtos, e os próprios legistas não tinham um local adequado para receber tantas notas (Pérez e Reinaldo, 2015).

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do CUC, de fato se mostrou uma medida criativa que alcançou com relativo sucesso seu objetivo de substituir o dólar numa economia que, no início dos anos 1990, por conta de um violento choque externo passava por um processo crescente de dolarização. Vale destacar que, a resposta *sui generis* das autoridades cubanas torna-se ainda mais impressionante quando se leva em conta que Cuba ainda é um país com um sistema financeiro muito pouco desenvolvido, o que torna qualquer plano na área monetária um risco considerável.

As medidas adotadas aqueceram a atividade produtiva, reanimaram o comércio exterior e criaram uma nova fonte de divisas através do turismo. Isso permitiu que se evitasse a adoção de um ajuste macroeconômico com todas as consequências negativas sobre a população que tal ajuste normalmente carrega.

Por outro lado, observamos que a saída desse sistema não é tarefa fácil. Há várias questões a serem resolvidas, o que torna a transição uma situação tão complexa que até o momento as autoridades cubanas ainda não definiram, ou pelo menos não anunciaram, a data da unificação monetária.

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEJANDRO, Pavel Vidal. Implicaciones de la circulación del peso convertible para la política monetária. Revista del Banco Central de Cuba. Año 7. Nº 4. Edición Especial, 2004.

ÁLVAREZ, E. Planificación a mediano plazo y largo plazo: notas para un debate. Investigación Económica, Cuba, n.3, 2000. Disponível em: <https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/alvarez2_300601.htm>. Acesso em: 15/01/2015.

ALESINA Alberto, BARRO Robert J. “Dollarization”. The American Economic Review, Vol. 91, No. 2, Papers and Proceedings of the Hundred Thirteenth Annual

Meeting of the American Economic Association (May, 2001), Disponível em:<
<http://www.jstor.org/stable/2677793>>. Acesso em: 07/09/2014.

ARMENTEROS, Mercedes Y. García. Cuba: desempeño económico em el período
1995-2000. Principales logros alcanzados. Revista del Banco Central de Cuba. Nº2, abr-
jun, 2000.

BANCO CENTRAL DE CUBA (BCC). La Economía Cubana En El Período Especial
1990-2000, 2001. Disponível em:<
<http://www.bc.gob.cu/Anteriores/Otros/economia%20cubana.pdf>>. Acesso em
11/12/2014.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. “Dolarização, ancora cambial e reservas internacionais”.
Revista Economia Política, vol 13, n 3(51), 1993.

BRITO, Julian Araujo. “Pátria ou morte”: crise e sobrevivência do regime
revolucionário cubano nos anos 90. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.14, p. 287-315,
jan./jun. 2013.

BRITO, Julian Araujo. “Cuba em transformação: regime político e o contexto da
atualização do modelo econômico e social”. Revista Rebelo, v 3, n 2, fevereiro de 2014.

CEPAL. La Economía Cubana. Reformas estructurales y desempeño en los
noventa. México: Cepal, Fondo de Cultura Económica, 2000.

CHANG, Nancy A. Quiñones Cuba’s Insertion in the International Economy since 1990
CAMPBELL, Al (ed) In: Cuban Economists on the Cuban Economy. University Press
of Florida, 2013.

CUBA DEBATE. “Comienza en Cuba proceso de unificación monetária”, 22 de
outubro, 2013. Disponível em:<
<http://www.cubadebate.cu/noticias/2013/10/22/comienza-en-cuba-proceso-de-unificacion-monetaria-para-las-personas-juridicas/#.VSUepvCYtfR>>. Acesso em:
12/03/2015.

CUBA DEBATE. “Comienza en Camagüey venta en ambas monedas”, 17 de junho,
2014. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2014/06/17/comienza-en-camaguey-venta-en-ambas-monedas/#.VSUfBfCYtfQ>>. Acesso em: 12/03/2015.

DIÉGUEZ, Andrés Zaldívar e GUZMÁN, Gretter Alfonso. “La persecución financiera
contra Cuba (segunda parte) 1981-2000: las presiones contra Cuba se recrudecen”,
Granma, 17 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.granma.cu/cuba/2014-10-17/la-persecucion-financiera-contra-cuba-segunda-parte-1981-2000-las-presiones-contra-cuba-se-recrudecen>>. Acesso em: 12/03/2015.

FERRER, Lissett Izquierdo. Se alista el Banco Central para la unificación monetária. Granma, 30 de setembro. Disponível em: <<http://www.granma.cu/cuba/2014-09-30/se-alista-el-banco-central-para-la-unificacion-monetaria>>. Acesso em 20/01/2015.

GARCIA, José Luis Rodríguez. A economia cubana: experiências e perspectivas (1989-2010). Estudos avançados 25 (72), 2011.

GARCIA, José Luis Rodríguez. ‘Fifty Years of Revolution in the Cuban Economy: A Brief Overview’. CAMPBELL, Al (ed) In: Cuban Economists on the Cuban Economy. University Press of Florida, 2013.

HERRERA, Rémy, NAKATANI, Paulo. A dolarização cubana. Elementos de reflexão para uma desdolarização Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura, IX, jul-dic, 2003 Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36490214>> Acesso em 05/02/2014.

HIDALGO, Vilma. “El debate sobre regimenes cambiarios en economias dolarizadas: el caso de Cuba”. Universidad de la Habana, Facultad de Macroeconomía, 2002.

HIDALGO, Vilma e REYES Yaima Doimeadios. Dualidad Monetaria en Cuba: Causas e Implicaciones de Política Económica. Gest. Terc. Milen., 6 (11), 2003.

HIDALGO, Vilma. “Dualidade monetária em Cuba: A mudança que vem” Entrevista. Fundação Mauricio Grabois, 2013. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/noticia.php?id_sessao=10&id_noticia=12426> Acesso em: 10 de junho de 2014.

MAYBARDUK, Gary H. The Cuban Economy 15 Years Later: on firmer ground, but much still to do. Cuba in Transition: Volume 24, Papers and Proceedings of the Twenty-Fourth Annual Meeting, 2014. Disponível em: <http://www.ascecuba.org/publications/annual-proceedings/cuba-in-transition-volume-24/>>. Acesso em: 20/03/2015.

MARTINEZ Paulo Henrique, “Cuba: um balanço do Período Especial (1992-1998)”. Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC. São Paulo – 1998.

MENESES, Yaima Puig e HERNÁNDEZ, Leticia Martínez. “Emiten nuevos billetes de alta denominación” Disponível em: <http://www.granma.cu/cuba/2015-01-14/emiten-nuevos-billetes-de-alta-denominacion>>. Acesso em: 14/03/2015.

MESA-LAGO, Carmelo. La Dolarizacion de la Economia Cubana. Estudios Internacionales, Año 27, No. 107/108, N° Especial: Cuba en el Sistema Internacional: Normalización y Reintegración (Julio-Septiembre/Octubre-Diciembre), 1994.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa dos Estados Unidos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PÉREZ, JR, Louis A. *Cuba: Between Reform and Revolution*. Third Edition Oxford University Press, 2006.

PÉREZ, Ladyrene e REINALDO, Oscar Figueredo. “En Cuba: Vender y Comprar Con Las Dos Monedas”. *Cuba Debate*, 13 de janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2015/01/13/vender-comprar-y-ya-no-solo-en-cuc-fotos/#.VSU8IPCYtfQ>>. Acesso em: 13/03/2015.

RAMONET, Ignacio *Fidel Castro: Biografia a Duas Vozes*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SPADONI, Paolo. “U.S. Financial Flows in the Cuban Economy” *Transnational Law & Contemporary Problems* vol 14, nº 1, 2004.

TORRE, Augusto de la e IZE, Alain. *La Unificación del Tipo de Cambio: El Caso Cubano*. *Cuba in Transition: Volume 24, Papers and Proceedings of the Twenty-Fourth Annual Meeting*, 2014. Disponível em: <http://www.ascecuba.org/publications/annual-proceedings/cuba-in-transition-volume-24/>>. Acesso em: 20/03/2015.

VALLEJO, Oscar U-Echevarría. “The Evolution of Cuba’s Macroeconomy: From the Triumph of the Revolution through the Special Period”. CAMPBELL, Al (ed) In: *Cuban Economists on the Cuban Economy*. University Press of Florida, 2013.